



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS

7ª REUNIÃO DO CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE E CUIDADO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS E TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA

Data: 21/05/2021 – 14:00h

A 7ª reunião da Comissão da criação do COMITÊ, sendo a 2ª do ano de 2021 foi realizada por videoconferência conforme as recomendações do Governo do Estado e Prefeitura do Recife, com link via pelo Google Meet, encaminhado aos grupos de WhatsApp desta Comissão, pela assessoria de comunicação Luiz Eduardo, redes sociais e canal do youtube do COMDICA.

PAUTA:

1. Fluxos de Gravidez na Adolescência – Rafaela Marques - (Secretaria de Saúde – Coordenação do Adolescente jovem);
2. Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – Aurely Macedo (Técnica do COMDICA);
3. Fluxos de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – Vanessa Pessoa (Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas);
4. Informes.

Participantes: *Eduardo Paysan Gomes (Conselheiro do COMDICA - Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas); Alcilene Maria de Santana (Secretaria de Educação – Núcleo Enfrentamento a Violência Escolar NEVE); Aldenise Coelho Souza (Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS); Alessandra de Lima Araújo (Diretoria Executiva de Vigilância a Saúde); Andréa França de Paiva (Coordenadoria da infância e Juventude); Carlos Bruno Guimarães Rosas (Visão Mundial); Claudia Jane Vasconcelos Albuquerque (Ordem dos Advogados do Brasil); Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha (Conselheira do COMDICA - Gabinete do Prefeito); Elaine França da Silva (Conselheira do COMDICA – GAJOP); Fabíola Maria Santiago de Farias (Conselheira do COMDICA – Procuradoria Geral do Município); Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade (Conselheira do COMDICA – CIEE); Issac Machado de Oliveira (Presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos); Itamar Sousa (Conselho Regional de Psicologia –CRP); Josinês Rabêlo (Secretaria de Saúde do Recife – CERCCA); Maria de Lourdes de Sousa (Conselheira do COMDICA – Fórum DCA Recife – Casa Menina Mulher); Paulo Fernando da Silva (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMUD); Roseane Moraes (Comissão de Direitos Humanos do Centro Dom Helder Câmara da Universidade Federal de Pernambuco); Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos – Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente – DPCA); Paulo Germano Frias (Conselheiro do COMDICA – Secretaria de Saúde); Vanessa Karla Souza Pessoa (Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas); Rossana Tenório Cavalcanti (Conselheira do COMDICA – Secretaria de Educação – Núcleo de Enfrentamento a Violência Escolar NEVE); Janaina Ramos da Silva (Centro de Referência Direitos Humanos Margarida Alves); Antônio José da Silva (Grupo Ruas e Praças) e Lucilene Melo (Conselho Tutelar RPA 02).*

Consultoria Interkonexus: *Benedito Rodrigues e Gorete Vasconcelos.*

Técnicos: *Luiz Eduardo (Comunicação), Roberta Sartori, Aurely Macedo e Ieda Acioli (Sociopedagógico);*



Apresentações

Esta foi à sétima reunião do Comitê de Gestão Colegiada da Rede e Cuidado de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de violência, sendo a primeira do ano de 2021 na modalidade online pela plataforma Meet com abertura de sala virtual por Luiz Eduardo (assessoria de comunicação/COMDICA). A técnica do COMDICA Roberta Sartori iniciou a reunião dando boas vindas a todas/os presentes e fazendo a leitura da pauta, orientação quanto ao uso da plataforma e em seguida passando para a rodada de apresentações.

Eduardo Paysan deu as boas vindas e fez novamente a leitura da pauta, pois alguns participantes entraram depois. Explicou que os a pauta apresentada é justamente por ser este o espaço legítimo da discussão dos fluxos que foram demandados pelo Ministério Público e trazidos para ser validados e discutidos no Comitê que tem uma ampla representação. Disse que por ter havido um choque de agenda com o Conselho Municipal da Mulher a Mariana Seabra que iria apresentar os fluxos de gravidez na adolescência não pode estar presente, então solicitou a Rafaela Marques que gentilmente apresentasse esses fluxos. Disse ainda que a ideia que sejam feitas as 03 (três) apresentações e em seguida o debate do Comitê e os encaminhamentos. Seguindo a metodologia da última reunião, para que se tenha um maior espaço de fala, limitando o tempo de 03 (três) de fala para cada membro e se houver necessidade de se colocar mais uma, pode se escrever novamente. Informou que o Ministério Público na área de saúde da mulher da Secretária da Mulher do Município, através do Mãe Coruja, solicitaram as Secretarias que tem atuação nessa área e processos de ações que dialogam com essa temática e a partir disso, foi construído esse fluxo para ser apresentado ao Ministério Público e referendando que viria para o Comitê para conhecimento e que se faça as proposições em relação ao documento.

Diante da dificuldade de Rafaela Marques em relação à internet, foi feita a troca de apresentações passando para a Escuta de Crianças de Adolescente em Situação de Rua.

Aurely Macedo fez uma breve contextualização e explicou que enquanto equipe técnica, acompanhamos as Comissões Temáticas do COMDICA, GT'S e Comitês e que faz o assessoramento da Comissão de Políticas Públicas e que desta, o grupo de trabalho que atua com o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, chamado de GT Popinho, porque está respondendo uma demanda vinda do Ministério Público especificamente da 32ª Promotoria de Justiça da Capital em Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Dentro da apresentação dos slides, tem um pouco da contextualização dos trabalhos. Acreditando ser mais didático para os participantes e para registros posteriores, falou que iria fazer a leitura.

Os dados da escuta das crianças e adolescentes em situação de rua ocorreram no período de novembro a dezembro do ano de 2020. Na apresentação trouxe o contexto histórico da linha de trabalho, explicando que o GT- Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (GT Popinho) foi criado a partir da proposta da Comissão de Políticas Públicas do COMDICA em 09/07/2020, e sua criação foi publicada na Resolução COMDICA nº030 de 11/07/2020. Este GT possuem as seguintes representações: COMDICA Recife (Comissão de Políticas Públicas), Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade, Centro de Atenção Psicossocial Luiz Cerqueira, SEAS crianças e adolescentes – Serviço Especial de Abordagem, Grupo Ruas e Praças, OSC Associação o Pequeno Nazareno, OSC Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e Consultório de Rua/Secretaria de Saúde em atenção Básica, além de outros/as convidados/as. Dentro dos encontros do GT Popinho, saíram à construção de 02 (dois) produtos: 1. Recomendação para criação de um Centro de Convivência para crianças e adolescentes em situação de rua. 2. Realização de uma escuta (aproximação) com crianças e adolescentes em vivência ou situação de rua. Os dados da escuta realizada com a participação social de crianças e adolescentes, vislumbram a busca de uma compreensão micro no contexto de uma realidade macro do quadro das crianças e adolescentes em situação de rua em Recife (nos contextos sociais e estruturantes e da pandemia da COVID-19), e sobretudo, aproximar-se



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS

dos desejos destas crianças e adolescentes a partir da voz deles/as do que seria um espaço de atendimento ideal, o Centro Popinho.

Outras apresentações destes dados/escutas foram realizadas ainda em 04 (quatro) outros momentos: Aos membros do GT; Apresentação feita no Comitê Pop Rua pela Gerência da Proteção Social Especial da Média Complexidade (GPSEMC); Reunião Plenária do COMDICA Recife e na Audiência conjunta 32ª e 33ª PJDCC e Promotoria de Direitos Humanos da Capital. Finalizou a esta breve apresentação, apresentando o quadro de reuniões do GT Popinho e informando que as contribuições referentes a essa escuta, irão compor a finalização do documento de Recomendação COMDICA ao executivo com vistas para apreciação em plenária deste Conselho, e seguiu com a apresentação dos dados quali/quantitativos da escuta realizada conforme informado como segundo produto do GT Popinho. Explicou que quando essa proposta nasceu da recomendação, houve no COMDICA muitas discussões em reuniões plenárias e comissões, porque foi demandado pelo Ministério Público se o COMDICA perceberia a necessidade da criação de um espaço de atendimento, que até então o Ministério Público denominava Casa de Passagem para acolher essas crianças e dar o suporte básico para elas de banho, cuidado, atenção, em um ambiente fechado e protetivo, muito antes da pandemia. Quando a pandemia começou, essa questão foi reforçada, então o GT foi instalado para se construir essa proposta e a partir disso, outras discussões foram entrando como aspecto de intersetorialidade, quando se fala no fluxo de atendimento das crianças nesse perfil de vulnerabilidade e risco social.

O objetivo geral da escuta: Realizar um processo de escuta de crianças e adolescentes em situação e/ou vivência em de rua na cidade do Recife vislumbrando a construção de propostas para as políticas públicas de atendimento e acolhimento.

Essa escuta foi referendada pelo colegiado do COMDICA, mas não está vinculada a nenhuma instituição acadêmica ou de pesquisa, não sendo nem considerada pesquisa, mas como escuta que possa garantir a participação social de crianças e adolescentes, mas sempre privilegiando os preceitos éticos de escuta e todo o manejo que os educadores/as já possuem para realizar essas atividades e aproximações. A escuta foi realizada com base nos diálogos e trabalhos entre o COMDICA Recife, GPSEMC/SEAS, as Organizações da Sociedade Civil Grupo Ruas e Praças e Associação Beneficente O Pequeno Nazareno (que trabalhou diretamente na escuta), e ainda o Programa Atitude do Governo Estadual. Os participantes da escuta foram crianças e adolescentes em situação ou vivência de rua, acompanhadas ou não de suas famílias. Foram abordadas no total 66 (sessenta e seis) crianças e adolescentes. Tiveram um total de 48 (quarenta e oito) participações ativas e 18 (dezoito) participações por recusas (houve a abordagem e a criança ou adolescente foi impedido ou não quis participar). A Associação Beneficente O Pequeno Nazareno preencheu 12 (doze) formulários, ou seja, conseguiu efetivar a escuta com 12 (doze) crianças e adolescentes, o Grupo Ruas e Praças com 09 (nove) crianças e adolescentes e as equipes do SEAS criança e adolescente com 27 (vinte e sete). Em termos de recusas, A Associação O Pequeno Nazareno registrou 02 (duas), SEAS criança e adolescente 16 (dezesesseis) e o Grupo Ruas e Praças não registrou nenhuma recusa.

As Regiões Político Administrativas – RPAS alcançadas, foram as RPA 01, RPA 05 e RPA 06, com as áreas de abrangência Boa Vista, Boa Viagem, Afogados e Santo Amaro. Essas escutas foram realizadas no período de 17/11 até 09/12/2020. A metodologia adotada foi através das entrevistas semiestruturadas, roteiros elaborados pelos membros do GT Popinho, os aplicadores/as foram os educadores/as sociais e a sistematização dos dados pela técnica do COMDICA. Os instrumentais utilizados foram o formulário de escuta com 06 (seis) perguntas norteadoras e o diário de campo para registro das recusas de participação.

Seguiu apresentando a primeira parte do formulário de escuta que trás: local da abordagem, data, horário/turno da escuta, entrevistador/a, instituição/ órgão que está ou estava vinculado, nome da criança ou adolescente, apelido, endereço, se estuda ou não, se dorme ou não nas ruas, atividades que costuma fazer nas ruas e quantas noites costuma dormir nas ruas, onde costuma dormir, motivo de estar nas ruas e com quem costuma ficar. Na segunda parte do formulário, trás as seguintes perguntas: tempo de vivência nas ruas, é atendido por algum serviço e qual. A terceira parte do formulário trás as atividades que essas crianças e adolescentes costumam



participar (atendimentos), caso seja abordado por algum serviço ou por alguma Organização da Sociedade Civil: brincadeiras, lanches, passeios, encontros em grupos e atendimentos individuais. O que gosta de fazer, qual o seu desejo e não necessariamente que ela tenha acesso a isso: jogos com bola, pintar, escrever, skate, boneca, jogo de mesa, tocar instrumentos, dançar, praia, assistir filmes, assistir TV, ouvir música e outros.

Um dado muito importante que trás como questão norteadora este formulário, é onde a crianças costumava ou costumam comer, quantas vezes come por dia. Na quinta parte do formulário o que ela considera importante para um serviço que atenda crianças e adolescentes em situação de rua, e na sexta parte um campo para que o educador pudesse fazer o registro sobre as impressões dele naquele momento da entrevista e que nesta parte, os educadores trouxeram relatos de que não foi fácil fazer a aplicação dessa escuta, mesmo com uma larga experiência na questão da escuta, porque não foi possível obter essas informações em um único momento, muitos chegaram a abordar a mesma criança 03 (três) vezes, porque existiram alguns fatores que impediam a criança não estava querendo participar, ou estava sobe efeito de uso de substância, ou estava com outras necessidades naquele momento, muito recorte de trabalho infantil. Continuou com a apresentação de gráficos e tabelas com a identificação dos locais e abordagens, As RPA´S alcançadas estão em formato de tabela, por serem dados bastantes pulverizados, porque as crianças e adolescentes não estão em uma única região em um único lugar, aparecendo repetições de RPA ´S com a 01 e 05. Na amostragem do público nos locais das aproximações a Praça Maciel Pinheiro na RPA 01 maior concentração de crianças e adolescentes e, as outras RPA´S foram pulverizando um pouco, ficando em segundo lugar o canal de Setúbal no Bairro de Boa Viagem. A maior parte das escutas foi feitas no horário da tarde com um percentual de 69 % (sessenta e nove por cento) e 31% (trinta e um por cento) no horário da manhã, 56 % (cinquenta e seis por cento) das entrevistas foram feitas pelos serviços governamentais com o SEAS – Serviço de Abordagem e 44% (quarenta e quatro por cento) por Organizações da Sociedade Civil. Disse ainda que dentro da metodologia foi feito um trabalho por duplas institucionais, o que muitas vezes a aproximação foi feita entre o Grupo Ruas e Praças e SEAS, SEAS e Associação Beneficente O Pequeno Nazareno e Programa Atitude, ou também a organização ou serviço estavam sozinhos. A quantidade de escuta o SEAS Criança e Adolescente fez o maior número de escutas, Associação Beneficente O Pequeno Nazareno realizou 10 (dez) escutas e o Grupo Ruas e Praças 07 (sete) escutas. Do total de participações ativas em um universo de 66 (sessenta e seis), foram 48 (quarenta e oito) participações, 18 (dezoito) crianças e 30 (trinta) adolescentes foram abordadas, e em termos de sexo foram 40 (quarenta) meninos e 08 (oito) meninas. A partir do perfil dos entrevistados, observa-se a criança que estuda no total de 16 (dezesesseis) disse que estava estudando e matriculada e 32 (trinta e duas) não, 36% (trinta e seis por cento) dormem nas ruas em algum momento da semana ou todos os dias e 12 % (doze por cento) passam o dia na rua e vão para casa a noite. Perguntado a essas crianças e adolescentes o que fazem nas ruas, um quantitativo de 10 (dez) crianças e adolescentes não informaram, mas que esta resposta possui toda uma gama de interpretações, aparecendo a questão do brincar como as escolas estão com os atendimentos remotos, e muitas dessas crianças e adolescentes não tem acesso a internet ou é precária dada a situação que elas se encontram, vão para rua com o intuito de socializar, de estar com seus amigos. Apareceu ainda, o uso de substâncias onde 06 (seis) dos entrevistados afirmarem irem para as ruas para fazer o uso de cola e 05 (cinco) por necessidade mesmo, para pedir dinheiro, buscar comida, para ficar com os pais, pelo trabalho infantil, tudo isso é lido sobe a ótica da mendicância. Apesar dessas crianças e adolescentes estarem nas ruas, muitas delas tem endereço, ficando nas ruas durante o dia, ou vão para as ruas mesmo por conta da violência em casa, que o ambiente doméstico não é possível. A maioria das crianças e adolescentes é de Recife, mas existem muitos que não são moradores de Recife, mas que vem em busca de doações, de alimentos, mas não são residem em Recife. A quantidade de vezes que as crianças e adolescentes dormem nas ruas por semana de um universo de 48 (quarenta e oito), 17 (dezesete) afirmaram que dormem nas ruas todos os dias, 15 (quinze) não informaram, 06 (seis) falaram que não dormem nas ruas e outras variam desde 03 (três) dias até 06 (seis) dias e 01 (uma) não dorme nas ruas, sendo 20 (vinte) dormem na Praça Maciel Pinheiro, 08 (oito) dormem nas Praças e as demais variam de acordo com o horário que a abordagem foi realizada, podendo se repetir os



locais. Os motivos de estarem nas ruas são diversos, chamando atenção para o grupo de trabalho quando feita a sistematização, foi a questão da vontade própria, mas não lendo como um desejo de quando se quer tomar uma decisão, mas que essa vontade própria está muita atrelada a violação de direitos dentro de casa e o uso de substâncias, sendo esses os dois motivos que estão mais predominantes. No tocante ao tempo de vivência nas ruas, 10 (dez) crianças e adolescentes está a um ano, 09 (nove) não quiseram informar, 04 (quatro) está a três anos, 05 (cinco) está a dois anos, 02 (duas) está a um mês, 03 (três) que está a três meses, fazendo uma relação com o motivo de estarem nas ruas: pais desempregados, não possuem mais o auxílio aluguel, não tem o auxílio emergencial e outras questões. Costumam ficar nas ruas com a mãe (quando se trata de crianças) 09 (nove) estavam em companhia da genitora, 05 (cinco) iam para as ruas para ficar com os amigos, 03 (três) sozinhos, geralmente são os adolescentes, 03 (três) com o pai e a mãe e 03 (três) com grupos de irmãos ou primos, e 01 (uma) estava com um adulto que não é do grupo familiar. Foram registrados pelos educadores que 24 (vinte e quatro) estavam desacompanhadas dos pais e 15 (quinze) acompanhadas, no caso das crianças, enquanto os adolescentes geralmente todos estão desacompanhados dos pais. A maioria das crianças e adolescentes é alcançada /acompanhadas de algum serviço, tanto por Organização da Sociedade Civil, Serviços de Abordagens, CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e CREAS, e muitas vezes a mesma criança e adolescente são abordados por mais de um serviço, por mais de uma Organização. Das 48 (quarenta e oito) crianças e adolescentes, 81% (oitenta e um por cento) são alcançadas pelos serviços, 19% (dezenove por cento) não, mas também esse dado pode ser interpretado pelo fato da criança e adolescente estarem a pouco tempo, talvez 01 (um) ou 02 (dois) meses, e não tenham tido esse contato e o contato com a escuta tenha sido primeiro, porque depois da pandemia muitas crianças e adolescentes passaram a estar mais nas ruas inclusive com suas famílias. Trouxe ainda o número de alcanços feitos pelo CAPS, Grupo Ruas e Praças, Associação Beneficente O Pequeno Nazareno, Conselho Tutelar, entre outros. As atividades que acessam nos serviços: brincadeiras, lanches, passeios, encontros de grupos, atendimento individual um pouco menos e sem acesso a atividades 19% (dezenove por cento), ficando equilibrado. A quantidade de alimentação feita por dia (por aproximação), mas existindo desde crianças e adolescentes que não tem acesso a uma única alimentação, existe a que tem acesso a 06 (seis) refeições por dia, e tem as que não aceitam doações, preferindo comprar a sua comida a partir do trabalho delas, estando registrado dentro dos instrumentais a partir dos educadores/as. As crianças e adolescentes esperam de um serviço são jogos com bola, pintura, não falam muito em escrever, mas se faz uma associação com a questão da escolaridade, brincar de boneca fazendo uma leitura a partir do recorte de gênero, porque foram alcançados mais meninos do que as meninas, dominó e outros jogos, instrumentos musicais, praia, ter acesso a TV, acesso a música, o que são questões que eles desejam dentro de um serviço e dentro da vida deles mesmo. Falaram ainda que querem comida, um espaço seguro para brincar, acesso a escola, lanche, banho, casa e carinho. Na última parte do formulário de escuta, trouxe a impressão que o educador/a tiveram. Aurely Macedo trouxe especificamente o total de quantos foram preenchidos pelo educador/a esse campo do formulário, sendo: SEAS de 27 (vinte e sete) formulários preencheu esse campo em 07 (sete) deles, Associação Beneficente O Pequeno Nazareno de 12 (doze) formulários todos foram preenchidos e o Grupo Ruas e Praças dos 09 (nove) formulários preencheu 05 (cinco). A sistematização qualitativa desses dados será encaminhada via relatório para os membros do GT Popinho. Trata-se de registros qualitativos baseados nas narrativas escutadas, e neste vislumbre se mantém as preservações éticas nesta apresentação dos relatos das crianças e adolescentes participantes. Na última parte da apresentação, foi visualizado o que foi registrado no diário de campo ou formulário de recusa, sendo um instrumental mais simples com o preenchimento de data, entrevistador/a, instituição/órgão (serviço): local da aproximação (dia/horário), característica da criança e do adolescente que fez a recusa, motivos da recusa, se já é uma crianças e adolescente atendidas pelas equipes e se estava acompanhada por uma pessoa adulta. Dos dados quanti/qualitativos das recusas, o SEAS 16 (dezesesseis), Associação Beneficente O Pequeno Nazareno 02 (dois) e Grupo Ruas e Praças nenhuma recusa, em um total de 18 (dezoito) formulários. No tocante aos locais por aproximação, o SEAS: Forte das Cinco Pontas, Estrada dos Remédios, Setúbal,



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Agamenon Magalhães, Praça Maciel Pinheiro e Cais de Santa Rita; Associação Beneficente O Pequeno Nazareno: Cais de Santa Rita e o Grupo Ruas e Praças não há informações, por não ter havido recusa. O perfil dessas crianças e adolescentes que foram abordadas e se recusaram a participar: SEAS foram crianças e adolescentes, negras/os, trabalho infantil, fazendo uso de substâncias, a maioria desacompanhadas de adultos da família, adultos sem vínculos familiares com a criança com a criança ou adolescente por perto, não atendidos/as pelos serviços, na Associação Beneficente O Pequeno Nazareno foram os adolescentes, negras/os, não atendidos pelos serviços e desacompanhados, e no Grupo Ruas e Praças não há informação. Os motivos das recusas: SEAS adultos impedindo, associação das equipes com o Conselho Tutelar, efeitos do uso de substâncias, recusa sem motivo verbalizado, não interromper o trabalho, sem interesse de conversar com os educadores, a mãe não permitiu e vergonha em participar. Na Associação Beneficente O Pequeno Nazareno foi por medo do Conselho Tutelar e no Grupo Ruas e Praças sem informação. No tocante as crianças que são atendidas ou não pelos serviços ou organização: SEAS 11 (onze) atendidos, 03 (três) não atendidos e 01 (um) não informado, sendo 06 (seis) crianças, 06 (seis) adolescentes e 01 (um) não informado, 05 (cinco) acompanhadas, 10 (dez) desacompanhadas e 01 (um) não informado, a Associação Beneficente O Pequeno Nazareno foram 02 (dois) adolescentes e o Grupo Ruas e Praças sem informações.

Dentro das considerações gerais, Aurely Macedo pontuou que os dados apresentados foram extraídos dos formulários de escuta aplicados; existe uma planilha onde estão contidos os dados detalhados das escutas realizadas; as inconsistências que possam existir devem-se a singularidade dos formatos de preenchimentos pelos entrevistadores/as; a sistematização deste material ficou sob a responsabilidade da técnica que assessora o GT Popinho vinculada ao COMDICA Recife. Participaram da escuta aproximadamente 12 (doze) educadores/as que realizaram as escutas em duplas institucionais ou apenas pelo serviço ou organização em específico.

Finalizou a apresentação agradecendo em nome do GT Popinho, formado pelos conselheiros do COMDICA e educadores, dizendo que esse trabalho só foi possível pelo trabalho incansável de todos e que mesmo na situação da pandemia, em situação de risco de vida foram para as ruas escutar essas crianças e adolescentes e darem voz a elas, o que é louvável. Agradeceu ainda a técnica Roberta Sartori, o Presidente do COMDICA e membro da coordenação executiva Eduardo Paysan e a todas/os membros do Comitê pela oportunidade.

Eduardo Paysan colocou a importância do trabalho feito, mediante a apresentação de Aurely Macedo, não podendo deixar de apresentar para todos os membros do Comitê. Em seguida deu sequência com a apresentação da construção dos fluxos de atendimento para crianças e adolescentes em situação de rua que foi realizado por parte da Gerência de Proteção Social Especial da Média Complexidade.

Vanessa Pessoa – Chefe de Divisão dos CREAS iniciou a sua fala informando que Valéria Monteiro Gerente da Gerência de Proteção Social da Média Complexidade estava participando junto da reunião. Essa discussão está ainda sendo maturada pela gestão da média complexidade junto aos serviços (CREAS, Centros Pop, Serviço Especializado em Abordagem Social) e provocada pelo Ministério Público, existindo muitos pontos de convergências na rede de proteção dentro do sistema de garantia de direitos, e alguns pontos de divergências com essa rede de proteção com o Conselho Tutelar. Com isso, vai precisar ainda de maiores discussões e que o COMDICA é um espaço legítimo para que possam estar trazendo e problematizando algumas questões, possivelmente alguns pontos podem inclusive ser pauta do pleno do COMDICA para além deste grupo, por serem questões antigas e complexas, não tão fáceis de serem solucionadas. Sabendo da potência que é o Conselho, e que os desafios podem ser vencidos em algumas questões.

Trouxe uma provocação em relação à notificação do fluxo de denúncias, e que enquanto CREAS conseguiram vencer o fluxo de denúncias e que desde que assumiu a gestão as equipes problematizavam muito sobre o fato de irem para o primeiro atendimento em situações de denúncias, então seja para população idosa, adulta, crianças e adolescentes. Então até para otimizar o investimento dos CREAS, conseguiram alinhar o fluxo com o Centro de Referência Margarida Alves, então todas as situações de denúncias, o Disque 100 chegue a para o Centro de Referência Margarida Alves para uma primeira análise e para a população adulta é muito



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS

organizado esse entendimento com relação ao Centro de Referência Margarida Alves. Já para as crianças e adolescentes, se tem uma dificuldade maior e por conta da pandemia existem os agravamentos nos casos de violências geralmente estão vinculados **(falha no áudio 1:12:45 até 1:12:49)**. Percebeu que tem direcionado as demandas do Disque 100 em sua grande maioria para os CREAS, sem uma análise anterior e isso tem voltado à refletir realmente o papel do CREAS, da assistência social e muitas vezes são casos graves que necessitam de informações imediatas e que não pode esperar o atendimento de uma equipe especializada possa intervir, se tornando um ponto que tem crescido muito. As situações de violências inclusive fora do contexto de rua, contextos domiciliares, famílias de classe média alta **(falha no áudio 1:13:40)**, de extrema pobreza, enfim o Disque 100 é bem amplo, e que **(falha no áudio 1:13:49)** dessa população em risco social, mas que tem percebido **(falha no áudio 1:15:56 até 1:15:59)** logo precisava desse celeridade no atendimento, muitas vezes provocações nas delegacias especializadas que tem represente dentro do Comitê, e que é válido voltar essa discussão com o COMDICA, por que as crianças que estão aguardando esse atendimento, não tem como fazer, preciso de fato de uma maior celeridade do Conselho Tutelar e da DPCA para algumas situações específicas. A verificação da denúncia tem um lugar na rede de proteção e não seria no primeiro momento, uma atuação dessa equipe especializada enquanto CREAS. Enquanto CREAS tem percebido dificuldades quanto à celeridade nesse atendimento. Perguntou se Janaina Ramos (Centro de Referência Margarida Alves) gostaria de trazer algum ponto, explicando que é importante trazer a fala do Centro de Referência porque o CREAS tem estruturado alguns fluxos de denúncias relativas à pessoa idosa, porém quanto as situações graves de crianças e adolescentes ainda há uma morosidade da atuação da rede, em especial quando envolve suspeita de crime.

Eduardo Paysan concordou com a fala de Vanessa Pessoa, mas explicou que a metodologia da reunião foi programada para 30 (trinta) minutos para cada apresentação para depois abrir para debates e que neste momento Janaina Ramos fará as suas contribuições.

Vanessa Pessoa iniciou a apresentação trazendo o GT de Risco Social da Criança e do Adolescente instituído pela Portaria Conjunta nº 01/2020 de 22/10/2020, como importante passo normatizado para concentrar esforços enquanto política pública para dar conta das situações de violações de direitos, incluindo situação de rua de crianças e adolescentes que é o foco dessa discussão desta reunião. É uma Portaria Conjunta instituída por 03 (três) Secretarias: Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas; Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde. Na Portaria saiu como um Colegiado composto por representantes permanentes, com as 03 (três) Secretarias, Conselhos Tutelares e Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, e como convidados órgãos estaduais que por ser uma Portaria municipal, não poderia estar incluindo uma obrigatoriedade na execução de órgãos de outras esferas, ficando como convidados Ministério Público de Pernambuco, Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente, Varas da Infância e Juventude da Capital e Programas de Proteção à Vida.

Dentro dos principais encaminhamentos apresentam estão: Cadastro Único para Programas de Transferência de Renda e Benefícios – PETI, Bolsa Família, BPC, Benefícios Eventuais (aluguel social e cestas básicas); CRAS e SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Rede de Saúde, em especial a Saúde Mental; Notificações e acompanhamento integrado nos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Delegacias Especializadas); Rede de Educação (vagas em creches e na rede municipal como um todo) e Serviços de Acolhimento.

As competências do GT de Risco Social da Criança e do Adolescente são: Debater situações de risco que afetem crianças e adolescentes (violências, maus tratos, abandono, negligências, discriminação, entre outros); Compartilhar as informações relevantes e as responsabilidades; Elaborar estratégias de alcance de crianças e adolescentes em situação de risco social ou pessoal e seu acesso prioritário à rede de saúde, educação e assistência social; Elaborar comunicação conjunta para os órgãos de Defesa e Responsabilização do Sistema de Garantia de Direitos (Ministério Público, Conselho Tutelar e Poder Judiciário); Elaborar avaliação colegiada com recomendações de acesso prioritário de usuários cujas situações tenham sido debatidas no GT.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS

O importante do GT é que as decisões não são da assistência, os casos que são estudados e debatidos, o plano de acompanhamento familiar e do PTS – Projeto Terapêutico Singular - Saúde, são construídos de forma colegiada e que as definições e encaminhamentos se dão por uma decisão colegiada no grupo. Apresentou um pouco dos números do que conseguiu avançar nos números das violações de direitos no período de 2016 a 2020, com relação à quantidade de famílias que foram acompanhadas e o número de famílias que tiveram as situações superadas de violações de direitos por RPA. Geralmente os casos são com as tipificações apresentadas na planilha (negligência, ruína, as violências diversas, trabalho infantil, a exploração sexual, que muitas vezes chega como situação de rua, uso de substância psicoativas e a equipe acaba identificando a exploração sexual). Informou que os CREAS participarão de uma pesquisa através do GECRIA – Universidade Federal de Pernambuco com relação à escuta e ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Diante de uma avaliação qualitativa em relação ao que GT tem proporcionado para a rede de Recife: Maior integração no Sistema de Garantia de Direitos; Maior articulação entre as equipes da assistência e demais políticas setoriais (saúde, educação, esporte e lazer); Ampliação de estudos de casos com as equipes interprofissionais do Ministério Público e Varas da Infância; Maior êxito da superação de situações de violações de direitos pelas equipes do PAEFI e SEAS; Ampliação do acompanhamento integrado pelas equipes do PAEFI e acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Então as duas equipes da assistência investindo no fortalecimento da função protetiva com o objetivo de evitar o prolongamento da sinalização e também medidas de adoção sem uma análise de uma forma mais integrada com a rede de proteção. A partir dos GT'S de Risco, conseguiu mapear e priorizar os casos de trabalho infantil e situação de rua em especial para a inclusão na aprendizagem profissional no Projeto da Fundação Fé e Alegria através do COMDICA, fazendo sempre uma referência positiva por ter sido muito gratificante essa integração da rede de proteção e que na data desta reunião conseguiu indicar 27 (vinte e sete) adolescentes com idade de 14 (quatorze) a 17 (dezessete) anos para a inclusão neste Projeto, incluindo adolescente em situação de rua para além dos de medida socioeducativas. Disse ainda que espera ampliar o número de acesso das cotas alternativas, sendo outro projeto monitorado e discutido no FORAP – Fórum Pernambucano de Aprendizagem Profissional. Dentro dos principais avanços, estão: Realização de diagnóstico para acesso à aprendizagem profissional pelos serviços que atuam mais riscos sociais da gestão do SUAS; Garantir instrumento normativo dos encontros (portaria); Defesa constante da desconstrução da lógica manicomial e potencialização do cuidado em liberdade como um modelo psicossocial que atenda as famílias acompanhadas em um lógica protagonista do lugar da família e da comunidade como melhor espaço de integração e convívio na sociedade.

Apresentou um pouco da escala de risco construída, demandando várias discussões diante de muitas situações que chegam aos CREAS, de como a equipe vai olhar as fragilidades e situações de risco que estão postas naquelas famílias e como consegue olhar com mais pureza a uma situação do que outra. Tem conseguido vencer a lista de espera dos CREAS, fazendo com que consiga analisar as situações a partir dos relatórios que são notificados aos CREAS, olhando os indicadores: famílias com crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos com maior prioridade, família com mulher encarcerada, um dos responsável com sofrimento mental, então foi pensada um escala de risco para que situações mais graves possam ser olhadas com mais prioridade e de forma mais célere, sendo essa metodologia que encontra-se na Portaria do GT. Então tem atendido e acompanhado a dinâmica dos CREAS, tendo conseguido chegar com mais celeridade em situações que já há as violações de direitos. Trouxe para conhecimento, o modelo de encaminhamentos para ser usado nos casos mais complexos de forma colegiada dos GT'S, como por exemplo: não consegue vaga em creche, então o CREAS, Conselho Tutelar e Educação e assinam de forma colegiada e encaminham para o órgão competente. Esse encaminhamento encontra-se em fase de discussão (**falha no áudio 1:26:07 até 1:26:17**) para experimentação nos GT'S.

Iniciou a apresentação dos fluxos, explicando que está em fase de construção, para aprovação das equipes de ponta que estão na execução dos serviços, sendo um desenho que está embasado nas normativas, legislações,



nas normas de orientações técnicas dos serviços especializados na assistência da média complexidade. Vai se discutindo internamente que crianças e adolescentes que dormem nas ruas, acompanhados pelos responsáveis, disse não lembrar os números apresentados por Aurely Macedo, mas que a ideia que o SEAS crianças e adolescentes após identificar essa situação, possam estar encaminhando essas crianças e adolescentes acompanhadas de suas famílias, primeiro para o Conselho Tutelar e para o restaurante popular, sendo este um equipamento da segurança alimentar, mas que hoje **(falha no áudio 1:29:09)** e para ser mais explorado com as pessoas que estão nas ruas, fazendo com que as pessoas que estão nas ruas, possam conhecer que é um serviço público estando disponível para a população, então foi colocado o restaurante para esse início de fluxo para que aja esse direito à segurança alimentar para essas famílias e crianças que estão vivendo nas ruas.

Vanessa Pessoa ainda colocou que se o vínculo for protetivo, famílias com crianças e adolescentes em situação de rua, a partir da identificação do SEAS vinculado a ausência e/ou insuficiência de renda, a equipe do SEAS realiza um visita domiciliar e encaminha para o Centro Pop **(falha no áudio 1:31:06 até 1:31:08)**, crianças em situação de rua pela notificação da assistência, o Centro Pop é o equipamento que daria conta dessas famílias que moram nas ruas. Havendo esse vínculo protetivo, a equipe do Centro Pop vai avaliar a inclusão no atendimento 24 (vinte e quatro) horas na Casa de Passagem, paga o aluguel social e benefícios eventuais. No caso do vínculo não ser protetivo, se for identificado situação de maus tratos, negligência, abandono e violências, se faz uma nova notificação ao Conselho Tutelar pela equipe do Centro Pop com acompanhamento em média por 03 (três) meses e dependendo da gravidade do caso rever esse tempo, para que se possa avaliar melhor o acompanhamento e fazer os encaminhamentos para a rede do sistema de garantia dos direitos. Encaminha ao Conselho Tutelar, mas se cessou a violação, nos investimentos de proteção vai encaminhar para a proteção básica o PAEFI e com agravamento da violação de direito, irá fazer uma nova notificação ao Conselho Tutelar e no período de 03 (três) meses avaliar como se dará essa proteção, onde o Ministério Público poderá pedir também a aplicação de algumas medidas neste período que seria a inclusão da criança e/ou adolescente no Acolhimento Institucional ou com a família extensa. Então estes são alguns passos de medida protetiva que a equipe do Centro Pop pode estar promovendo junto às situações, em que a situações de violações de direitos agravaram e não diminuíram com as pessoas que moram nas ruas com as crianças e adolescentes, podendo também acelerar, porque o tempo de uma criança morando na rua e o nível de exposição em que passa é muito grave e a ideia é que não permaneça por muito tempo.

A criança e adolescente acompanhado do responsável que passam o dia na rua, mas que possuem casa para dormir (esse é o perfil do CREAS), o que difere o Centro Pop do CREAS. Essa diferença entre os dois serviços, é a questão da dormida nas ruas, que são os casos de trabalho infantil, mendicância, a situação de crianças que estão em situação de rua geralmente durante o dia, mas que voltam para dormir em casa. Então se o vínculo for protetivo e houver insuficiência de renda, o SEAS a partir de uma visita domiciliar vai encaminhar um relatório ao CREAS a agendar um atendimento com **(falha no áudio)** do CREAS. Importante perceber que o CREAS está estruturado para resolver as situações através de plantão todos os dias, com 02 (dois) técnicos designados para este plantão, e então o PAEFI vai fazer o acompanhamento nos benefícios do aluguel social, Cadastro Único, Aprendizagem, fortalecendo as condições de sobrevivência. Se o vínculo não for protetivo, notificar situação de maus tratos, negligência, abandono e violências, além de acessar os benefícios citados, o CREAS irá **(falha no áudio 1:34:58 até 1:35:03)**, com 03 (três) meses de acompanhamento a essas famílias, que além desses serviços de promoção possam fortalecer a função protetiva e que caso não aconteça **(falha no áudio)** que enquanto CREAS, estarão sugerindo ao Ministério Público a aplicação de medida protetiva, sendo a indicação de família substituta, família extensa, família acolhedora ou o acolhimento institucional, sendo esta a última instância. Para o atendimento de crianças e adolescentes desacompanhados em situação de rua com vínculos familiares protetivos e não **(falha no áudio 1:35:55 até 1:35:58)**.

Crianças e adolescentes desacompanhados sem vínculos familiares em situação de rua, mas com vínculos de proteção, o SEAS identifica se ela não tem vínculo familiar, faz a inserção no restaurante popular, faz a visita



domiciliar para identificar se de fato existe o vínculo ou não, envia o material ao CREAS, que fará o atendimento pela equipe. A família irá receber a inserção aos benefícios assistenciais, o PAEFI entra neste circuito e caso a família não aderir a este acompanhamento, irá para o acolhimento institucional, como ideia de uma medida protetiva de urgência, e em caso de não aceite o acolhimento, terão outros investimentos de outros serviços a exemplo: a rede de apoio complementar como o Grupo Ruas e Praças que atuam nas ruas, ação do SEPOD, o Centro Popinho (crianças e adolescentes desacompanhadas), RAPS e COMPAZ, e a relação notificação ao Conselho Tutelar por um prazo de 06 (seis) meses. Tem entendido também, que o papel do Centro Popinho vai ser muito estratégico para dar celeridade a esta escuta mais acolhedora, a essa inclusão da aproximação da família, sendo este um equipamento que dará conta de um olhar para fortalecer as crianças e adolescentes em situação de rua.

As situações pontuais de crianças e adolescentes em situação de rua sem vínculos familiares e sem referências (não existindo, mas que pode acontecer), mas se tem a ideia que aja uma celeridade na atuação do serviço de acolhimento institucional e quem faria isso seriam o Conselho Tutelar e o SEAS criança e adolescente. O SEAS notifica **(falha no áudio 1:38:40 até 1:38:50)**. Então a ideia de incluir essa criança e adolescente sem vínculo familiar nenhum, são essas vindas de outras cidades e ficam desprotegidas, então o serviço de acolhimento para iniciar a proteção, essa criança e/ou adolescente aceitando o acolhimento irá para a rede da assistência e nesta será trabalhada a inclusão, a reinserção familiar para a família de origem, extensa ou substituta. Existe um projeto sendo discutido na Gerência da Alta Complexidade de família acolhedora que já está incluso no fluxo e para os que atingiram maioria serem acolhidos em uma República. Caso essas crianças e adolescentes não aceitem esse acolhimento, voltam para o fluxo das ações integradas com outros serviços que atendam nas ruas, a exemplo: SEPOD, Grupo Ruas e Praças, as instituições da rede complementar, o CREAS na perspectiva desses investimentos, Centro Popinho, RAPS e o próprio COMPAZ com equipamento de proteção comunitária, vem à nova notificação do Conselho Tutelar e a comunicação ao Ministério Público após o esgotamento das intervenções. O que se trouxe de forma muito presente no fluxo apresentado, é que o Conselho Tutelar precisa receber e ser demandado de início por que identifica essas crianças e adolescentes em situação de rua. O Conselho Tutelar é o protagonista dessa notificação e que em um determinado momento, vai precisar ser novamente notificado e se não houver resposta no sentido da medida de proteção protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é que será feita a notificação ao Ministério Público. Dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente, existem várias linhas de ações que falam das medidas protetivas. Existe um protagonismo do Conselho Tutelar na aplicação das medidas protetivas que tem serem dadas pelo próprio Conselho Tutelar, e depois de esgotadas as aplicações de medidas protetivas, entra o Ministério Público. Por muitas vezes, o fluxo era muito truncado, as equipes notificava ao Ministério Público e notificavam ao Conselho Tutelar, mas não dava tempo do Conselho Tutelar apurar, sendo este um assunto que precisa ser discutido, no sentido de trazer o Conselho Tutelar, aja vista que em Recife existem 08 (oito) Conselhos Tutelares, totalizando 40 (quarenta) conselheiros tutelares como protagonistas da medida protetiva e o tempo para que o Ministério Público atue, após o esgotamento desta rede de políticas setoriais e Conselho Tutelar. Este é um exercício que precisa ser feito e o COMDICA precisa problematizar, o papel do Conselho Tutelar, o papel da advertência, os limites de atuação e que pode contar como potencial pelos Conselhos Tutelares do Recife.

Vanessa Pessoa finalizou informando que esses fluxos estão sendo visto, revistos, pactuados e que está passível a alterações e a novas discussões e que nem chegou ainda na equipe de ponta.

Eduardo Paysan agradeceu a apresentação feita por Vanessa Pessoa e explicou que foi um primeiro momento de contato do Comitê com os fluxos que estão sendo construídos e serão encaminhados a cada órgão que faz parte do Comitê e poder trazer as propostas de aprimoramento na construção desses fluxos.

Rafaela Marques iniciou falando que foram convidadas para apresentar a Oficina Construindo Caminhos para o Cuidado com Adolescentes Gestantes, onde foram estimuladas pelo Ministério Público a pensar e refletir com o que se tem como está sendo feito, como vem sendo feita a execução, não enquanto profissional da área



de saúde, mas enquanto Prefeitura da Cidade do Recife o que se vêm pensando para as adolescentes gestantes. Disse ter sido interessante quando se colocaram nesta posição, porque mesmo sabendo que as diversas Secretarias e Gerências envolvidas nas diversas atividades e tendo atividades afins para essa demanda, muitas vezes acabam não conhecendo o que o outro faz e precisa mesmo muitas vezes ser provocados para que sente, pare e se debruce na temática, e comece a pensar e juntar. Esse fluxo parece um quebra-cabeça e como Vanessa Pessoa também colocou na sua apresentação, este fluxo também está em construção, e o fato de ser apresentado para o COMDICA/Comitê, é na busca de apoio neste sentido. Na mesma forma que o olhar do COMDICA/Comitê sobre o que se conseguiu juntar, pensar, avaliar também a forma como está sendo construído. Olhando o fluxo em um primeiro momento, se pensa: como vou conseguir percorrer todos esses caminhos dentro da Secretaria? Mas aos poucos consegue perceber que não é tão complicado como se pensa o que se têm na verdade, são diversas ações e serviços voltados e prestados para essa adolescente gestante.

Quando se fala neste fluxo enquanto Secretaria de Saúde, se tem essa adolescente e irá se pensar neste planejamento sexual e reprodutivo, para esta adolescente dentro da Secretaria de Saúde que é a consulta com o médico e enfermeiro na Atenção Básica, entendendo que a partir disto terá o acolhimento e a oferta de anticoncepcionais, entendo que está se falando do planejamento sexual e reprodutivo. Agora se já se tem uma suspeita de gravidez, já se têm outro caminho a seguir, que seria: a oferta do teste rápido de gravidez (este teste é ofertado em todas as unidades de saúde). O que precisa se pensar melhor é a forma da oferta: será que as adolescentes conseguem ter acesso a este teste de gravidez? O que vem se discutindo bastante dentro dessa linha do adolescente e jovem, mas pensando bem mais no adolescente, é a questão do atendimento desacompanhado de pais e responsáveis. É algo que enquanto Prefeitura/Secretaria de Saúde precisa muito do apoio do COMDICA e das outras instituições para conseguir deixar muito bem amarrado. Tem-se a nota técnica do Governo Federal (que antecede o Governo atual), que orienta o atendimento dos adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis. Coloca ainda nesta nota técnica, alguns Conselhos de Classe: Psicologia, Medicina, Enfermagem, Odontologia, que colocam e garantem o direito desse adolescente, mas sabendo que na prática encontra algumas dificuldades, precisando de muito apoio neste sentido.

No tocante a adolescente grávida, tem-se a oferta do teste rápido de gravidez e no caso do resultado ser negativo, encaminha a gestante de volta para o planejamento reprodutivo e sexual, pensando em qual método anticoncepcional será o mais indicado, o que é melhor para essa adolescente enquanto ser, enquanto sujeito de direito e enquanto a questão de saúde mesmo, do que seria mais indicado no momento para ela. O que se trás no sentido do negativo e quando se fala de gravidez na adolescência causa um espanto muito grande, é entender que muitas vezes essa gravidez foi desejada, foi esperada por essa adolescente, precisando entender, pensar e discutir formas de como vai ser o entendimento, de como essa adolescente está querendo engravidar? O que significa para ela essa gravidez de forma tão precoce?

No caso do teste rápido ter sido positivo, foi planejada essa gravidez? Se a resposta for positiva, inicia-se o pré-natal de risco na Atenção Básica na Atenção Primária em Saúde, terão unidades que estarão na cobertura pela estrutura do NASF e pelos espaços do Programa Mãe Coruja, sendo esta uma das ofertas que se tem a mais, mas entendendo que a todo o momento é preciso ter esse amparo e orientação. Esse acompanhamento maior dessa adolescente que vai demandar várias situações: emocionais, físicas, psicológicas que precisa dar conta. Ainda entendendo que no caso de uma gravidez positiva e planejada, é preciso pensar em que faixa etária a adolescente engravidou, se foi menor de 14 (quatorze) anos é obrigatório enquanto profissionais da e fazer a notificação, tanto o profissional da saúde, educação ou para qualquer cidadão. Precisa ser um ato independente, que deveria estar se pronunciando.

No caso da gravidez não ter sido planejada, desejada e ter sido uma violência, neste caso independente de ser menor de 14 (quatorze) anos ou não, tem que notificar enquanto violência. Se for uma violência, será encaminhado para o Hospital da Mulher que tem o Centro Sony Santos que é a referência no atendimento à violência, destacando que o atendimento é a partir dos 10 (dez) anos. É preciso saber se a adolescente deseja manter ou não a gravidez, lembrando que a mesma tem o direito de escolha. Caso ela opte por não manter a



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS

gravidez, se tem duas opções: Programa Mãe Legal e o Aborto Legal. Mas em caso da adolescente optar por dar continuidade a esta gestação mesmo passando por todo o processo da violência, ela receberá amparo, orientação, acompanhamento e será realizado o pré-natal na Atenção Básica.

Dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas, vão se dividir as ações voltadas para essas adolescentes grávidas ou em relação ao planejamento sexual e reprodutivo. Tanto se tem o CREAS como o CRAS que vão desenvolver ações de amparo e orientação e acompanhamento dessas adolescentes, tema Secretaria Executiva de Juventude que além de ter o Conselho Municipal de Juventude, tem o Comitê de Políticas de Juventude, onde estarão com todas as áreas afins que participam dentro desse Comitê, para discutir também sobre esse fluxo, o que se tem disponível e de que forma possa estar trabalhando para que essa temática seja trabalhada em várias áreas em todo o território, tem a própria Secretaria Executiva de Direitos Humanos, onde se encontra a Gerência da Criança e do Adolescente. Entre as ações que a Secretaria Executiva de Direitos Humanos realiza, vai haver a sensibilização, orientação e encaminhamento referente a garantia de direitos dessas adolescentes, e tem ainda a Secretaria de Políticas sobre Drogas, que também vai desenvolver ações.

Na Secretaria de Educação especificamente, existe uma unidade de atendimento socioemocional (**falha no áudio 2:00:30 até 2:00:35**) atendimento sexual e reprodutivo. Lembrou ainda que no tocante a saúde, existe o Programa Saúde na Escola, sendo esta outra linha que consegue trabalhar essa temática. E mais do que importante também, se tem as Organizações da Sociedade Civil. Informou que Tonho das Olindas (Grupo Ruas e Praças) estava fazendo um trabalho relacionado às questões do planejamento sexual, reprodutivo, sendo as Organizações muito importantes neste momento, por terem a fala, conhecimento e proximidade com essas adolescentes, que muitas vezes falta como instituição não conhecer tanto o diálogo adequado, que precisa muitas vezes aprender de que foram trabalhar melhor essa comunicação com essas adolescentes.

Ainda tem a Secretaria da Mulher, que aparece no fim do fluxo, porque o mesmo se estende, sendo dois braços bem abertos para que possa acolher bem essas adolescentes, que tem o Programa Hoje Menina Amanhã Mulher.

Pensando em um fluxograma de rede intersetorial, vai ter a gestante adolescente, no que se trata que foi vítima de violência, vai encaminhar o caso para o Ministério Público, para o IML, para Vara de Crimes que terá uma demanda específica judicial que estará acontecendo. E dentro deste processo, tem a acolhida na atenção básica e sempre lembrando a questão da notificação desses casos, a referência nos Centros de Referência às Violências, na questão da Delegacia, Conselho Tutelar. No fluxo que será visto posteriormente, trás duas linhas: a questão das adolescentes vítimas de violência e o acompanhamento da gestação desejada, que é tudo aquilo que já foi falado anteriormente, mas com algumas partes mais legais. No que se refere a gestante que foi vítima de violência, a questão legal, os encaminhamentos com o sistema de garantia de direitos, serviços especializados e acolhimento institucional e entender que essa adolescente que foi vítima, tem o suporte familiar e não tendo esse suporte, entra toda a rede da assistência que precisa para o acolhimento institucional, para uma casa de acolhida, para que tenha acesso aos serviços dessa rede de proteção. No caso da gestação desejada, vai haver o acompanhamento pelo CRAS e CREAS, porque possam ter algumas vulnerabilidades que possam acontecer, então é preciso saber disparar esses dispositivos que se têm, sendo importante quando se chega próximo ao COMDICA, é para que se consiga aproximar esse fluxo aos conselheiros tutelares, que por muitas vezes ficam sem saber para onde encaminhar, sem saber o que fazer e como verificar a questão. Então é preciso que conheçam e até a própria rede que fluxo é este e de que forma consegue deixar claro para o caminho que estará colocando essa gestante, de que forma acolher e acompanhar e dar a orientação adequada.

No eixo promoção e prevenção, vai ter a questão do planejamento dos eixos, para se desenvolver e discutir, que é a questão do planejamento sexual e reprodutivo e a prevenção da violência. No eixo referente ao planejamento sexual e reprodutivo, terão ações da Secretaria de Juventude, das organizações sociais em parceria com o COMDICA, atenção básica, não apenas falando do Programa Saúde nas Escolas, mas nas



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS

diversas áreas de Coordenação da Saúde: saúde da mulher, saúde do homem, saúde do adolescente, o Programa Mãe Coruja, sendo vários espaços que estarão discutindo essa temática. O Programa Mãe Coruja acolhe e possui várias atividades voltadas para essa temática de crianças e adolescentes gestantes, a Secretaria da Mulher que oferta roda de diálogos, com cursos de formação em gênero e cidadania, o Programa Maria da Penha vai até as escolas, então o empoderamento dessa menina-mulher é mais do que importante, é necessário. A Secretaria de Educação que terá dentro a Escola Que Protege, irá desenvolver os dois eixos: planejamento e a prevenção da violência. Quando se fala no eixo prevenção às violências, se tem os CRAS que dará um olhar e retaguarda neste sentido, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que faz uma grande diferença para todo esse processo, por terem muitos vínculos que acabará sofrendo por este momento da gestação de ser ou não ser esperada, de ser ou não precoce, mas que vão sofrer alguns abalos e que será preciso estruturar essa família para essa criança que vai nascer e pensando também não só nessa adolescente, pensando também nessa vida que está vindo. Dentro da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas, tem o Programa Mobiliza, com a Caravana da Prevenção e o Descolado. E na Gerência da Criança se tem duas grandes vertentes, que o Projeto Geração Afeto e nas comunidades, e as oficinas preventivas com distribuição de material informativo. Encerrou a fala, informando que poderá disponibilizar as apresentações, porque cada Secretaria especificamente terão atividades mais detalhadas em relação a adolescente gestante.

Eduardo Paysan agradeceu a contribuição de Rafaela Marques e falou que havia colocado no chat, lembrando que Janaina queria fazer uma intervenção relacionada à questão de crianças e adolescentes em situação de rua. Informou ainda, que este não será o único momento, sendo este um primeiro contato que está tendo com essa apresentação, sendo encaminhado cada fluxo para os integrantes do Comitê, podendo fazer as proposições em um momento posterior.

Janaina Ramos fez uma observação em relação a tudo que chega ao Centro de Referência de Direitos Humanos Margarida Alves, através do Disque 100 encaminha para o Conselho Tutelar, porque entende que o Conselho Tutelar é a porta de entrada para qualquer assunto de criança e adolescente. Havendo necessidade de Direitos Humanos neste sentido de atuar como se atua na questão da visita domiciliar, caso a família precise de algum acesso aos direitos, o Centro de Referência de Direitos Humanos Margarida Alves pode atuar sem problemas.

Paulo Fernando disse que para sua melhor compreensão, o material ser disponibilizado para os participantes e assim posteriormente poderem sugerir acréscimos. O material apresentado referente ao formulário aplicado para crianças e adolescentes em situação de rua, sentiu falta da identificação da criança e do adolescente com deficiência: se possui algum tipo de deficiência e qual, se utilizam órteses e próteses e qual. Nessa relação do fluxo da gestante adolescente, gostaria de trabalhar essa criança e adolescente com deficiência, e fez a seguinte pergunta: ao acessar o material, contribuir com as sugestões, para onde encaminha?

Eduardo Paysan respondeu que poderá encaminhar para o COMDICA através de Roberta Sartori, e que na Coordenação Executiva do Comitê, irão se reunir e planejar como será o próximo momento com as sugestões do Comitê.

Rossana Cavalcanti explicou que nos anos de 2019/2020, a Escola Que Protege além dos atendimentos psicológicos aos estudantes da Rede, também davam o suporte com palestras, formações nas escolas, mas com a nova reformulação da Secretaria de Educação, foi colocado todos os projetos que trabalham com violência, foram colocados em um único lugar, que hoje chama de UASE – Unidade de Atendimento Social e Emocional, e dentro da UASE estão projetos como NEVE, Escola Que Protege, Bolsa Família, Bolsa Escola, Busca Ativa, porque estando todos agregados, esse fluxo fica mais rápido de se concretizar. Devido a portaria do NEVE com todo esse viés pedagógico já posto, ficou combinado que a parte de prevenção e todo esse trabalho é do NEVE, até para não sobrecarregar mais ainda as psicólogas, porque já têm o compromisso de atender todos que precisam de atendimento psicológico. A Rede é muito grande e a quantidade de psicólogas é pequena, precisando dividir o trabalho, isso não significa que as psicólogas não possam fazer o trabalho de



prevenção, elas podem e fazem, mas por questões de logística e de dinâmica ficou de responsabilidade do NEVE.

Vanessa Pessoa falou que com relação ao fluxo inicial que a mesma problematizou nas denúncias das crianças e dos adolescentes, Rossana Cavalcanti colocou como uma possível possibilidade de prevenção do **(áudio abafado)**. Diante das situações que se apresentam e que chegam ao Disque 100, e geralmente são casos graves, para que possam fechar o fluxo interno para dentro da assistência e direitos humanos. Disse ainda que está com alguns documentos para despachar enquanto CREAS. Durante a pandemia, não houve atendimentos presenciais, mas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, é uma situação bem mais complexa, por não haver intervenção dos Conselhos Tutelares, precisando debater sobre esse assunto. O COMDICA precisa discutir mesmo como é que situações graves chegam aos Conselhos Tutelares e estes apenas notificam e não fazem uma qualificação in loco, precisando saber o que se faz com esses casos, por serem situações que estão chegando cada vez mais e de forma mais numerosa, precisando demandar em conjunto com o Conselho Tutelar e **(áudio abafado)** onde estará encaminhando essa perspectiva, porque não pode os órgãos serem notificados, isso falando dos Conselhos Tutelares, e apenas fazer uma notificação a esta família e esperar que a mesma compareça, é preciso fazer uma intervenção in loco, seja dos Conselhos Tutelares ou da DPCA. Como se fala de fluxo e de direitos de crianças e adolescentes de violência é preciso pensar em um encaminhamento em conjunto dentro deste Comitê, por terem vários órgãos envolvidos, porque se tem aumentado muito na pandemia, não sabendo se nas outras políticas se tem percebido, mas enquanto risco social e assistência têm identificado e causado uma preocupação cada vez maior, com a falta de celeridade nessas respostas.

Paulo Frias iniciou sua fala agradecendo e parabenizando as apresentações de Aurely Macedo, Vanessa Pessoa e Rafaela Marques. Disse ainda ter sido bastante importante para a compreensão das nuances de todas as questões, mas trouxe uma observação no sentido de que, este Comitê trás uma contribuição fantástica no sentido da possibilidade de se pensar no sistema de garantia de direitos, pensar fluxos, pensar medidas protetivas, sendo extremamente louvável. Como a relação com o Ministério Público muito próximo, é preciso não perder de vista a relação dessas ações, no sentido de construir esses fluxos intersetoriais, no entanto, isso não é suficiente. Precisa estar em conversa com o Ministério Público o tempo todo que não se resolve as situações de saúde, educação e assistência social com fluxo, também com ele, mas não apenas. A questão de base é o financiamento, então se tem uma PEC que está destruindo o SUAS, SUS e está comprometendo a Educação infantil, como pode falar de violação de direito e pedir para falar a assistência social oferecer a quem mais precisa e que tem seus direitos violados, aqueles conjuntos de benefícios que pode estar perfeito, mas que não terá acesso ao bolsa família, aluguel social, vale transporte e educação. Disse ainda que, cada vez o Ministério Público instiga e isso é muito bom, que se façam esses processos, mas antes é bom que ao iniciar a conversa, precisa ser claro. Não adianta tencionar os municípios com as fontes de financiamentos que a esfera federal repassa para o conjunto dos 5.500 (cinco mil e quinhentos) municípios. Se perder de vista isso, vai achar que os fluxos irão funcionar apenas por terem sido colocados no papel, e por ter a boa intenção do conjunto de pessoas que estão tentando fazer o trabalho intersetorial. Parabenizou cada um que escutou as crianças e adolescentes que é algo muito relevante, escutando ambos como sujeitos de direitos. No tocante ao segundo bloco referente à apresentação de Vanessa Pessoa com uma experiência linda que é o GT de Risco, que pensa no que poderá ser feito juntos, sendo uma alegria grande e uma frustração na sequência, quando na apresentação de Vanessa Pessoa na RPA 01, por exemplo, de 49 (quarenta e nove) situações que foram postas nos anos de 2016 à 2020, consegui que apenas 10% (dez por cento) das crianças saíssem da situação sem financiamento, e que a assistência, saúde e educação deem conta e resolvam um problema social quando se corta o bolsa família, financiamento para um CREAS decente, isso falando só de violação, mas e a atenção primária? E o CRAS? O que aconteceu na atenção primária da saúde? O que vai acontecer? Como garante para essas crianças e famílias uma atenção mesmo que se tenha fluxo. Então é preciso estar em diálogo também com o Ministério Público, porque não basta ter fluxo sendo este importante e reforçou mais uma vez,



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS

essa iniciativa dessa conversa da tecnologia, dos serviços que a assistência social trouxe, quando fala em PAEFI que o foco é a família e depois fala do PPS da Saúde que o foco é o indivíduo, e que estão todos aprendendo a fazer juntos, o que é muito bom. Mas por outro lado, não dar para ser bom apenas com os fluxos, precisando perceber que o Ministério Público não pode tencionar apenas os prefeitos dos municípios e os governadores dos estados, mas precisa tencionar o Governo Federal para garantia do financiamento. Existem outras esferas para não ficar caindo nas costas dos Prefeitos, secretários, dos trabalhadores das famílias. É como se fossemos culpados por não acontecerem às coisas, quando não se garante o mínimo para se trabalhar. Colocou que deixou esse registro, com uma satisfação enorme pelo caminhar e de uma frustração talvez maior ainda, de dizer que tudo que foi construído, está sendo desconstruído, o que não é bacana e precisa se falar sobre. Vamos mostrar fluxo ao Ministério Público, ok, mas vamos e mostrar e falar que está se cobrando das prefeituras e governo dos estados, mas o que está se cobrando do Governo Federal? Ou se faz um grande movimento, ou não consegue reverter essa situação.

Disse ainda que Recife tem uma situação difícil, não diferente de outras cidades, mas que no ponto de vista dos indicadores da gravidez da adolescência, quando vai olhar em relação a situação do Brasil, ao Nordeste e a Pernambuco, mas que está em situação comparativamente mais confortável, e o que não tem conseguido sair de fato, é aquela faixa etária de 10 (dez) a 14 (quatorze) anos, de 100 (cem) a 150 (cento e cinquenta) nascidos vivos, estão nessa faixa etária. Conseguiu-se reduzir mais na faixa etária de 15 (quinze) a 19 (dezenove) anos, mas quando se chega à faixa etária de 10 (dez) a 14 (quatorze) anos, tem todo um interesse da Secretaria de Saúde, em um trabalho com a caderneta da criança e do adolescente em um trabalho setorial que passa a ser intersetorial. A caderneta é intersetorial, a educação escreve na caderneta, a assistência social escreve na caderneta e a preocupação que Alessandra Araújo trouxe de como vai ter casos de violação e como serão feitas as notificações para o SINAN e o SIPIA que sempre é mencionado, mas não consegue caminhar. Finalizou dizendo que é muito bom estar avançando nos fluxos, mas que pena que ainda se tem muito a avançar na questão do financiamento, e que é preciso ser dito com todas as letras ao Ministério Público.

Gorete Vasconcelos iniciou sua fala, parabenizando as apresentações de Aurely Macedo, Vanessa Pessoa e Rafaela Marques, falando que foi um aquecimento, uma vez que o Comitê tem uma tarefa para o ano de 2021, de consolidar o fluxo da violência e o protocolo integrado com base na Lei 13.431, sendo os resultados das apresentações um avanço, mas que é um tanto complexo. Levantou em que medida pode aproveitar o material, para olhar o diagnóstico que realizado no ano de 2020, onde já existe a sinalização dos gargalos, que já existem para a assistência, saúde e educação e verificar se realmente os fluxos construídos dá conta dos gargalos que aparecem no diagnóstico, porque se não der conta vai ser preciso sentar, olhar e fazer alguns ajustes, para que sejam fidedignos ao que foi ouvido no diagnóstico, sendo uma questão importante para refletir. Fez menção a fala de Paulo Frias, com sua lucidez e fala apropriada, e que realmente uma leitura de conjuntura muito boa, demonstrando conhecer muito bem a realidade da cidade do Recife. Disse ainda que é um desafio muito grande e que quando Paulo Frias colocou que ter fluxo é maravilhoso, para nortear a função, papel, limite e competência de cada um da rede, mas se não tiver política pública e orçamento vindo do Governo Federal, esses fluxos vão ficar bonitos apenas no papel, mas na prática vão continuar com as violações de direitos, com as crianças e adolescentes grávidas sem terem um atendimento digno. Então de fato o fluxo é muito importante, mas junto a ele é preciso se organizar cada vez mais para pautar essas questões das políticas públicas e exigir um orçamento digno para os municípios e estados, sendo este o caminho.

Rosiglay Cavalcante colocou o quanto foi enriquecedora as falas e apresentações deste Comitê e o que chamou muita a sua atenção foi à fala de Vanessa Pessoa, quando trouxe a questão da violência muito forte e com essa pandemia se agravou ainda mais. Explicou que enquanto representante do DPCA, essa Lei 13.431, foi muito importante para DPCA. Até então o sistema de segurança pública sempre foi visto como forma punitiva, e a lógica da polícia que bate, espanca e não respeita os direitos humanos, é uma fala ainda muito forte para a sociedade civil. Pegou o gancho na fala de Vanessa Pessoa quando foi falado que a questão da violência é muito forte. O DPCA a algum tempo tem um trabalho de prevenção e de escuta que é feito com



crianças e adolescentes que são vítimas de violência que é muito importante. Essa importância se vem na busca ativa dessa sociedade, pois é a polícia que eles procuram para pedir ajuda, e diante da fala feita por Vanessa Pessoa sobre os trabalhos feitos na prefeitura, nas secretarias, CREAS e CRAS, esse estreitamento entre a DPCA e essas outras instituições principalmente da Assistência Social é muito importante. Por exemplo, existem casos na DPCA que não seriam necessariamente caso de polícia. Mas um problema social, e a partir da função que assumiu dentro da DPCA, estreitar um vínculo com a assistência, CREAS, CRAS e Centros Pop, porque quando chegam à DPCA as atribuições é da parte judiciária, de investigação da criminalização. Hoje tem um estreitamento muito grande com o Conselho Tutelar, mas sente que esse órgão não é o suficiente. Então esse trabalho do Comitê e de um dia ter a oportunidade de falar do trabalho da DPCA para o grupo e de como pode estreitar isso oficialmente, seria um ganho enorme, não só para as crianças e adolescentes, mas também para toda sociedade, com esse trabalho interdisciplinar e de como pode se concretizar vinculado a DPCA. É importante enxergar a DPCA como parceiros, porque em seu quadro de funcionários, existem pessoas formadas em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, além de que Delegados, Escrivães e os próprios policiais, já tem o perfil baseado nos direitos humanos de tratar desta questão da proteção da criança e do adolescente. Isso existe no departamento vinculado a proteção de vítima de crianças e adolescentes vítimas de violência. Finalizou falando que foi apenas um esclarecimento e solicitar a Eduardo Paysan que se um dia puder, mostrar o papel da DPCA para estreitar a relação e dar um espaço para a segurança pública e sair dessa visão de punição, mas para a visão de prevenção e dos encaminhamentos de integração dessa Rede.

Eduardo Paysan agradeceu a todas/os que trouxeram as suas contribuições, falando do grande desafio que se tem dentro do espaço do Comitê, de construir a articulação do sistema de garantia de direitos, tendo clareza dos desafios que está ainda maior nesse momento de pandemia, em contexto político de retirada dos financiamentos das políticas públicas e que inclusive atualmente se encontra em uma situação de emergência pública, ameaçando inclusive o direito a segurança alimentar e nutricional e a situação de crianças, adolescentes e suas famílias passando fome, também os coloca em maiores vulnerabilidades, sejam no trabalho infantil, algumas formas de violência sexual, abuso e exploração sexual. Disse ainda que o encontro ficou muito denso, mas que já percebeu de como se vai caminhando, já existe o diagnóstico da rede que foi construído no ano de 2020 e apresentado na reunião deste comitê no mês de abril de 2021 e consta a gravação no canal do Youtube e Facebook do COMDICA e que durante o ano de 2021, o Comitê vai contar com a assessoria da Consultoria Interkonexus nas pessoas de Gorete Vasconcelos e Benedito Rodrigues, com a participação de todas as instituições que compõe o Comitê, que são de fundamental importância para que se consiga avançar.

Reforçou ainda a necessidade do encaminhamento do ofício para o COMDICA, confirmando a continuidade ou substituição da titularidade e suplência na representação do Comitê, para que possa ser encaminhado para publicação no Diário Oficial do Município.

INFORMES:

- Próxima reunião ordinária do Comitê: 18/06/2021;
- A primeira ata do ano de 2021 está sendo elaborada, por ser muito extensa.

Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às 16:30h.

Reunião com arquivo de imagem/áudio.

Técnica responsável /relatoria : Roberta Sartori

10/08/2021